

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE  
2016**

**DENOMINAÇÃO:** ASMAN  
Associação Solidariedade Social Mouta Azenha Nova

**MORADA:** Rua Heróis do Ultramar, s/n

**LOCALIDADE:** Gueifães

**FREGUESIA:** Gueifães

**CONCELHO:** Maia

**COD. POSTAL:** 4470-057

  
\_\_\_\_\_  
(O Contabilista Certificado)

**A DIRECÇÃO:**

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**DATA:** Gueifães \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Gueifães \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

**ASSINATURAS:**

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	2 101 956,74	2 039 676,20
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	13.1	3 199,30	996,76
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>2 105 156,04</b>	<b>2 040 672,96</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	8	9 764,74	9 463,93
Créditos a receber	13.2	3 116,89	1 755,09
Estado e outros entes públicos	13.8	23 022,70	18 915,41
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	13.4	9 564,18	6 639,44
Outros ativos correntes	13.3	155 936,14	64 823,74
Caixa e depósitos bancários	13.5	224 763,27	239 762,31
		<b>426 167,92</b>	<b>341 359,92</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2 531 323,96</b>	<b>2 382 032,88</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	13.6	2 239,65	2 239,65
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	13.6	80 345,66	-19 978,03
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.6	1 401 648,66	1 333 807,31
		<b>1 484 233,97</b>	<b>1 316 068,93</b>
Resultado líquido do período		179 031,88	100 323,69
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 663 265,85</b>	<b>1 416 392,62</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	651 191,22	800 582,89
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<b>651 191,22</b>	<b>800 582,89</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13.7	13 670,04	11 883,65
Estado e outros entes públicos	13.8	27 921,14	27 999,39
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	13.4	27 805,96	16 295,02
Outros passivos correntes	13.9	147 469,75	108 879,31
		<b>216 866,89</b>	<b>165 057,37</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>868 058,11</b>	<b>965 640,26</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 531 323,96</b>	<b>2 382 032,88</b>

A Direção

Contabilista Certificado

ASMAN - Assoc. Solid. Soc, MOUTA AZENHA NOVA  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Contribuinte: 502981482

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	379.424,83	186.710,17
Subsídios, doações e legados à exploração	13.10	1.065.577,19	868.465,97
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-23.654,40	-12.817,08
Fornecimentos e serviços externos	13.11	-298.077,83	-205.575,91
Gastos com o pessoal	11	-898.622,74	-668.783,44
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	13.12	10,72	98,87
Outros rendimentos	13.13	42.939,98	21.081,25
Outros gastos	13.14	-11.063,76	-36.165,72
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>256.533,99</b>	<b>153.014,11</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-66.270,93	-42.229,10
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>190.263,06</b>	<b>110.785,01</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	13.15	-11.231,18	-10.461,32
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>179.031,88</b>	<b>100.323,69</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>179.031,88</b>	<b>100.323,69</b>

A Direção

Contabilista Certificado

Entidade: ASMAN - Assoc. Solid. Soc. MOUTA AZENHA NOVA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 502981482

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pré-Escolar	CATL	CAFAP	RSI	Creche	Centro Dia	SAD	PERÍODOS	
									2016	2015
Vendas e serviços prestados		40 037,15	42 513,30	348,32	348,32	92 071,82	136 898,31	67 207,61	379 424,83	186 710,17
Custo das vendas e dos serviços prestados		-118 699,07	-69 798,63	-72 823,09	-274 476,30	-181 585,99	-166 276,63	-132 195,69	-1 015 855,40	-732 468,57
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-78 400,86</b>	<b>-27 024,27</b>	<b>-72 213,71</b>	<b>-273 866,94</b>	<b>-89 862,26</b>	<b>-29 726,40</b>	<b>-65 336,13</b>	<b>-636 430,57</b>	<b>-545 758,40</b>
Outros Rendimentos		124 161,99	44 612,46	95 583,27	295 981,23	252 050,94	111 102,07	185 035,93	1 108 527,89	889 646,09
Transportes de mercadorias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos		-32 641,40	-26 467,98	-10 527,83	-28 567,66	-54 211,18	-71 608,51	-46 920,94	-270 945,50	-198 362,49
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos		-1 473,55	-1 473,48	-3 067,26	-3 095,99	-573,92	-623,59	-580,97	-10 888,76	-34 740,19
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11 646,18	-10 353,27	9 774,47	-9 549,36	107 403,58	9 143,57	72 197,89	190 263,06	110 785,01
Gastos de financiamento (líquidos)		-0,02	-0,01	0,00	0,00	-3 744,31	-3 743,42	-3 743,42	-11 231,18	-10 461,32
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>11 646,16</b>	<b>-10 353,28</b>	<b>9 774,47</b>	<b>-9 549,36</b>	<b>103 659,27</b>	<b>5 400,15</b>	<b>68 454,47</b>	<b>179 031,88</b>	<b>100 323,69</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>11 646,16</b>	<b>-10 353,28</b>	<b>9 774,47</b>	<b>-9 549,36</b>	<b>103 659,27</b>	<b>5 400,15</b>	<b>68 454,47</b>	<b>179 031,88</b>	<b>100 323,69</b>

A Direção

O Contabilista Certificado



ASMAN - ASSOC. SOLID. SOC. MOUTA AZENHA NOVA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		390 774,35	194 582,51
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-307 371,32	-292 657,78
Pagamentos ao pessoal		-838 439,20	-627 166,88
Caixa gerada pelas operações		-755 036,17	-725 242,15
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		952 271,42	917 034,86
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		197 235,25	191 792,71
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-80 463,24	-636 383,54
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-2 264,37	-756,25
Outros activos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		50 000,00	195 349,34
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-32 727,61	-441 790,45
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	479 578,95
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		2 533,72	5 180,44
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-170 620,48	-68 480,15
Juros e gastos similares		-11 439,92	-13 717,67
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-179 526,68	402 561,57
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-15 019,04	152 563,83
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		239 782,31	87 198,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.5	224 763,27	239 762,31

A Direção

O Contabilista Certificado

# **ASMAN**

**Associação Solidariedade Social Mouta Azenha Nova**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**2016**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Ativos Fixos Tangíveis .....	9
6	Ativos Intangíveis .....	10
7	Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
8	Inventários .....	11
9	Rédito .....	11
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	11
11	Benefícios dos empregados .....	12
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
13	Outras Informações .....	12
13.1	Investimentos Financeiros.....	12
13.2	Clientes e Utentes .....	13
13.3	Outras contas a receber.....	13
13.4	Diferimentos .....	13
13.5	Caixa e Depósitos Bancários .....	13
13.6	Fundos Patrimoniais .....	14
13.7	Fornecedores .....	14
13.8	Estado e Outros Entes Públicos .....	14
13.9	Outras Contas a Pagar.....	14
13.10	Subsídios, doações e legados à exploração .....	14
13.11	Fornecimentos e serviços externos .....	15
13.12	Aumentos / reduções de justo valor.....	15
13.13	Outros rendimentos e ganhos .....	15
13.14	Outros gastos e perdas .....	16
13.15	Resultados Financeiros .....	16
13.16	Outras Informações relevantes.....	16
13.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

## **1 Identificação da Entidade**

---

A “ASMAN – Associação Solidariedade Social Mouta Azenha Nova” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 220 , III Série de 22-09-1994, com sede na Rua Heróis do Ultramar s/n, Gueifães, Maia . Tem por fim a promoção da melhoria da qualidade de vida das crianças, jovens, famílias e idosos e o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, prosseguindo como principais objetivos:

- Criar estruturas e valências que permitam dar respostas às necessidades da população alvo e diagnosticar as situações socialmente graves;
- Apoiar e acompanhar todas as crianças e jovens, nomeadamente as crianças com necessidades educativas especiais e respetivas famílias;
- Apoiar e favorecer a integração social e comunitária;
- Proteger os cidadãos na velhice e invalidez em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade de trabalho.
- Promover e proteger a saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Promover a educação e formação profissional dos cidadãos;
- Facilitar a resolução dos problemas habitacionais das populações.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)



### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

### 3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

### **3.2.4 Inventários**

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### **3.2.5 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;

- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de doadores e associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.7 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

### **3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

#### 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5 Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Terreno	359 670,00				359 670,00
Edifício	1 500 397,18				1 500 397,18
Equipamento Básico	110 631,90	153,20			110 785,10
Equipamento de Transporte	148 283,22	29 520,00	4 050,00		173 753,22
Equipamento Administrativo	42 918,98	1 193,05			44 112,03
<i>Investimentos em curso</i>	71 726,87	97 685,22			169 412,09
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>2 233 628,15</b>	<b>128 551,47</b>	<b>4 050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 358 129,62</b>
Depreciações Acumuladas					
Edifício	37 719,36	30 007,95			67 727,31
Equipamento Básico	37 916,21	13 868,87			51 785,08
Equipamento de Transporte	75 416,45	22 254,90	4 050,00		93 621,35
Equipamento Administrativo	42 899,93	139,21			43 039,14
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>193 951,95</b>	<b>66 270,93</b>	<b>4 050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>256 172,88</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>2 039 676,20</b>	<b>62 280,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 101 956,74</b>

As depreciações relativas ao período de 2015 foram no montante de 42.229,10€.

#### 6 Ativos Intangíveis

##### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Programas de Computador	3.297,35				3.297,35
<b>Ativo Intangível Bruto</b>	<b>3.297,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.297,35</b>
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	3.297,35				3.297,35
<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>3.297,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.297,35</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	324.254,27	324.254,27	0,00	340.000,00	340.000,00
FRSS	0,00	271.209,96	271.209,96	0,00	406.814,92	406.814,92
Mercedes Financiamento	0,00	55.726,99	55.726,99	0,00	53.767,97	53.767,97
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>651.191,22</b>	<b>651.191,22</b>	<b>0,00</b>	<b>800.582,89</b>	<b>800.582,89</b>

Descrição	2016			2015		
	Capital Amort	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Montepio	22.472,87	11.070,32	33.543,19	0,00	9.571,02	9.571,02
CGD	0,00	0,00	0,00	50.000,00	885,86	50.885,86
FRSS	135.604,96	0,00	135.604,96			
Mercedes Financiamento	27.560,98	0,00	27.560,98	18.996,06	0,00	18.996,06
<b>Total</b>	<b>185.638,81</b>	<b>11.070,32</b>	<b>196.709,13</b>	<b>68.996,06</b>	<b>10.456,88</b>	<b>79.452,94</b>

A entidade adquiriu uma viatura nova, através da Mercedes Financiamento, a pagar em 48 mensalidades sem juros.

## 8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "inventários" apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	31-12-2016	31-12-2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.764,74	9.463,93
<b>Total</b>	<b>9.764,74</b>	<b>9.463,93</b>

- Inventários gastos do período

MOVIMENTOS	2016	2015
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	9.463,93	522,28
Compras	4.758,04	15.246,32
Doações	19.197,17	6.512,41
Saldo Final	9.764,74	9.463,93
<b>Gastos do Período</b>	<b>23.654,40</b>	<b>12.817,08</b>

## 9 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÚBRICAS	2016	2015
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>379 424,83</b>	<b>186 710,17</b>
Quotas do Utilizadores (mensalidades)	376 987,33	184 379,17
Quotas e Jóias	2 437,50	2 331,00
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>2,88</b>	<b>8,58</b>
Descontos de pronto pagamento obtidos	2,88	8,58
<b>Juros de depósitos</b>	<b>197,92</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>379 625,63</b>	<b>186 718,75</b>

## 10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2016			2015			
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável	665.698,16		949.719,04	686.707,06		786.302,76
IEFP	Não Reembolsável			101.276,81			52.744,17
C.M. Maia	Não Reembolsável	712.213,22		5.572,77	622.871,01		4.364,13
<b>Total</b>		<b>1.377.911,38</b>	<b>0,00</b>	<b>1.056.568,62</b>	<b>1.309.578,07</b>	<b>0,00</b>	<b>843.411,06</b>

No âmbito do protocolo de constituição de uma linha de crédito de apoio à economia social entre o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, a CNIS e a Caixa Económica Montepio Geral, a ASMAN contraiu um empréstimo em 2012, com taxa de juro bonificada, para financiamento da construção do novo edifício.

Para concluir o edifício e permitir o funcionamento das respostas sociais instaladas, em 2015 a entidade candidatou-se ao FRSS – Fundo Reestruturação do Setor Solidário, tendo sido atribuído um apoio financeiro, sem juros, no montante de 406.814,92€ a ser reembolsado em quatro anos.



## 11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram de "11".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2015 foi de "52" e em 2016 de "70".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	18.000,00	18.000,00
Remunerações ao pessoal	667.643,28	487.485,02
Indemnizações	3.881,74	0,00
Encargos sobre as Remunerações	147.246,69	104.262,60
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6.395,34	3.511,11
Outros Gastos com o Pessoal	3.649,84	3.155,78
Iefp – Estágios e Cei	51.805,85	52.368,93
<b>Total</b>	<b>898.622,74</b>	<b>668.783,44</b>

## 12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	3.199,30	996,76
<b>Total</b>	<b>3.199,30</b>	<b>996,76</b>

### 13.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2015
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	3.116,89	1.755,09
<b>Total</b>	<b>3.116,89</b>	<b>1.755,09</b>

### 13.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Outros Devedores	5.360,35	3.093,00
Estado e outros Entes Públicos		
ISS – PARES – Edifício	40.223,40	40.223,40
IGEPE – Compensação educadoras	11.745,84	0,00
CM Maia – Edifício	44.914,98	0,00
lefp	53.322,33	21.507,34
Devedores por acréscimos de rendimentos	197,92	0,00
Fornecedores (saldos devedores)	171,32	
<b>Total</b>	<b>155.936,14</b>	<b>64.823,74</b>

### 13.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	7.531,49	6.281,27
Rendas antecipadas	24,48	0,00
Condomínio antecipado	10,08	0,00
Outros gastos	1.998,13	358,17
<b>Total</b>	<b>9.564,18</b>	<b>6.639,44</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Mensalidades - adiantamentos	183,50	0,00
lefp – Estágios profissionais	27.622,46	16.295,02
<b>Total</b>	<b>27.805,96</b>	<b>16.295,02</b>

### 13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	1.030,85	1.061,21
Depósitos à ordem	123.732,42	238.701,10
Depósitos a prazo	100.000,00	
<b>Total</b>	<b>224.763,27</b>	<b>239.762,31</b>

### 13.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2.239,65	0,00	0,00	2.239,65
Resultados transitados	-19.978,03	100.323,69	0,00	80.345,66
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.333.807,31	94.914,98	-27.073,63	1.401.648,66
<b>Total</b>	<b>1.316.068,93</b>	<b>195.238,67</b>	<b>-27.073,63</b>	<b>1.484.233,97</b>

### 13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	13.670,04	11.883,65
<b>Total</b>	<b>13.670,04</b>	<b>11.883,65</b>

### 13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	23.022,70	18.915,41
<b>Total</b>	<b>23.022,70</b>	<b>18.915,41</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.072,00	6.877,27
Imposto sobre o Valor Acresc. (IVA) – R. excesso	4.215,50	0,00
Segurança Social	18.413,34	20.942,07
Fundos de Compensação do Trabalho	220,30	180,05
<b>Total</b>	<b>27.921,14</b>	<b>27.999,39</b>

### 13.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		30.073,50		5.216,60
Credores por acréscimo de gastos		117.391,15		103.534,50
Outros credores		5,10		128,21
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>147.469,75</b>	<b>0,00</b>	<b>108.879,31</b>

### 13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.029.986,95	823.290,25
Doações (donativos dinheiro e espécie)	35.590,24	45.175,72
<b>Total</b>	<b>1.065.577,19</b>	<b>868.465,97</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

### 13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos - Gertal	93 578,26	50 868,05
Serviços especializados	66 064,59	47 316,56
Materiais	18 469,87	9 950,29
Energia e fluidos	54 434,94	35 476,32
Deslocações, estadas e transportes	10 567,03	9 479,04
Serviços diversos	43 784,10	41 458,17
Encargos com utentes	11 179,04	11 027,48
<b>Total</b>	<b>298 077,83</b>	<b>205 575,91</b>

### 13.12 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2016 e 2015 ganhos por aumento do “justo valor” no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2016	2015
FCT – Fundo Compensação Trabalho	10,72	98,87
<b>Total</b>	<b>10,72</b>	<b>98,87</b>

### 13.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Descontos pronto pagamento	2,88	8,58
Rendimentos ativos financeiros	0,12	0,00
Rendimentos ativos não financeiros	1.500,00	0,00
Correções períodos anteriores	13.972,71	0,00
Imputação subsídios para investimento	27.073,63	20.489,78
Indemnizações	192,72	0,00
Restituição Iva	0,00	582,89
Juros de depósitos	197,92	0,00
<b>Total</b>	<b>42.939,98</b>	<b>21.081,25</b>

**13.14 Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	474,26	5 121,21
Dívidas incobráveis (utentes)	175,00	1 425,53
Correções exercícios anteriores	1 578,30	268,38
Quotizações	460,00	310,00
Fundo Reestruturação Setor Solidário	0,00	387,63
Outros Gastos e Perdas	79,37	151,25
Donativos – Cabazes e vestuário	8 296,83	28 501,72
<b>Total</b>	<b>11 063,76</b>	<b>36 165,72</b>

**13.15 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	11.070,32	10.456,92
Outros gastos de financiamento	160,86	4,40
<b>Total</b>	<b>11.231,18</b>	<b>10.461,32</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	197,92	0,00
<b>Total</b>	<b>197,92</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-11.033,26</b>	<b>-10.461,32</b>

**13.16 Outras Informações relevantes**

As respostas sociais Pré-Escolar, CATL e CAFAP funcionam na Escola da Azenha através de contrato de comodato assinado com a Câmara Municipal da Maia. A resposta social RSI, em 2016, esteve em instalações cedidas pela Coopermaia.

**13.17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Gueifães, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

A Direção